

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

FOOD AND NUTRITION EDUCATION ACTIONS IN THE NATIONAL SCHOOL ALIMENTATION PROGRAM

Marjana Manenti^I 

Maristela Borin Busnello^{II} 

Francieli Aline Conte^{III} 

^I Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil. Especialista em Geriatria e Gerontologia. E-mail: marjana-93@hotmail.com

^{II} Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil. Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. E-mail: marisb@unijui.edu.br

^{III} Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Doutoranda em Educação. E-mail: francieliconte@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo teve como propósito descrever as ações e os desafios da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Foi realizado um estudo descritivo com nutricionistas atuantes em municípios da 36ª Coordenadoria Regional de Saúde na região noroeste do Rio Grande do Sul. Todos os municípios realizavam ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do programa PNAE. Os nutricionistas afirmaram que as ações de EAN eram desenvolvidas principalmente por meio de palestras, orientações, oficinas, tendo a participação dos escolares e profissionais que preparam a alimentação. Entre os desafios foi mencionado a pouca valorização do tema, a falta de envolvimento dos profissionais da rede de educação, a falta de materiais de apoio, as interferências políticas nas equipes e nas ações e a descontinuidade das ações. Vê-se a necessidade criação de espaços de formação continuada no âmbito dos currículos escolares para a qualificação e capacitação tanto dos nutricionistas quanto dos educadores.

Palavras-chave: Educação. Formação. Nutrição. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Abstract: This study aimed to describe the actions and challenges of Food and Nutrition Education (EAN) developed in the National School Feeding Program (PNAE). A descriptive study was carried out with nutritionists working in municipalities of the 36th Regional Health Coordination in the northwest region of Rio Grande do Sul. All municipalities carried out Food and Nutrition Education actions under the PNAE program. Nutritionists stated that the actions of EAN were developed mainly through lectures, guidance, workshops, with the participation of students and professionals who prepare food. Among the challenges was mentioned the lack of appreciation of the theme, the lack of involvement of professionals in the education network, the lack of support materials, political

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v19i38.557>

Submissão: 18-06-2021

Aceite: 27-09-2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

interference in teams and actions, and the discontinuity of actions. There is a need to create spaces for continuing education within the scope of school curricula for the qualification and training of both nutritionists and educators.

Keywords: Education. Formation. Nutrition. National School Feeding Program.

Introdução

A educação é uma “prática social, cuja atividade de ensino compõe um elemento imprescindível e de enorme significado social” (SANTOS, 2019, p. 10) que ocorre, em muitos espaços, sendo essencialmente uma delas, a escola. A escola é um espaço complexo e desafiador, onde, dentre as muitas práticas escolares, está a alimentação escolar. Paulo Freire (1987) via a escola como um espaço não apenas para aprender conteúdos, mas também para discutir o cotidiano, as realidades (as desigualdades, as injustiças) e pensar criticamente sobre elas, e de forma prática, gerar ações e o empoderamento dos sujeitos.

Barbosa *et al.*, (2013) sugere que a escola também exerce um papel fundamental no desenvolvimento psicológico e emocional das crianças e pode incluir as informações sobre saúde no currículo tradicional ou em disciplinas específicas voltadas para a promoção da saúde. Além disso, pode ser concebida como um espaço que privilegia o repasse dos conhecimentos necessários à manutenção do desenvolvimento social e econômico da sociedade constituindo-se ainda, segundo Paulo Freire (1992) um privilegiado espaço de construção da autonomia, de análises críticas e produção de conhecimento e informação, onde a educação se consolida como prática social.

Nesse sentido, a Lei 9394/96 que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, e que marcou a reforma educacional brasileira no país, e indica que as ações na área da educação vêm sendo desenvolvidas de forma a evidenciar a necessidade de a escola vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social em todos os níveis de ensino (DIAS, 2013). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também estabelecem referências fundamentais para o projeto de formação do sujeito, inserindo o tema saúde, discutindo a importância da alimentação e nutrição neste processo (FRANCO; BOOG, 2007); (SOUSA, GUIMARÃES, AMANTES, 2019).

Silva e Boccaletto (2010) afirmam que a escola deve desenvolver “estratégias de intervenção que envolvam toda a comunidade escolar na formação de hábitos de vida saudáveis” (p. 24). Segundo as pesquisadoras, esse processo deve ser iniciado na infância, período no qual o hábito alimentar é formado. Visto que a escola desempenha importante função na formação do hábito alimentar e que nesse ambiente as crianças e adolescentes permanecem por um expressivo período de tempo, ela pode ser considerada um local privilegiado para a intervenção na busca de um estilo de vida que tenha por objetivo uma boa qualidade de vida presente e futura (p. 24)

Regulamentações reforcem a necessária discussão integrada das temáticas da alimentação, nutrição, ambiente e currículo escolar, potencializando ações pedagógicas que visam reflexões

e mudanças nos hábitos alimentares dos escolares, adaptações de cardápios escolares às especificidades locais e melhoria no desempenho dos alunos no que se refere à aprendizagem versus alimentação (FRANCO; BOOG, 2007). Nos PCNs encontramos referência à elaboração de propostas pedagógicas que proporcionem aos alunos conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizar e adotar hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida (SOUSA, GUIMARÃES, AMANTES, 2019). Neste item a alimentação escolar é fator reconhecidamente importante para a promoção da saúde.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante política pública brasileira da área de segurança alimentar e nutricional, considerada um dos maiores e mais abrangentes programas na área de alimentação escolar do mundo (SILVA *et al.*, 2018). Dentre seus objetivos está contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009); (PEIXINHO, 2013).

Com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 foram instituídas diversas mudanças no programa, tornando-a um marco legal na Alimentação Escolar, dentre elas: universalização do PNAE para toda educação básica, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, além dos jovens e adultos (BRASIL, 2009). Foram incluídos outros princípios direcionadores para a execução do programa junto aos estados e municípios com destaque para a equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais (PEIXINHO, 2013). Estas mudanças provocaram a definição de EAN como eixo prioritário para o alcance dos objetivos do Programa (BRASIL, 2009).

A EAN é um campo de conhecimento e “de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)” (BRASIL, 2018, p. 9).

O progressivo fortalecimento da EAN no PNAE, culminou uma diretriz que prevê “a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”. Outras medidas também presentes nesta Lei contribuem diretamente para a EAN como a presença de alimentos da agricultura familiar local e os parâmetros que orientam a definição do que será oferecido aos escolares (BRASIL, 2012).

A ausência de referenciais teórico-metodológicos que subsidiem as práticas de EAN também prevalece. Esta conjuntura provocou a produção do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas que como objetivo pretende promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de EAN que tenham origem na ação pública, e que contemplem os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos (BRASIL, 2012).

A escola é o local ideal para a implementação dessas políticas, visto que a maioria das crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo na escola. Além disso, o ambiente escolar tem influência sobre a saúde, pois as escolas fornecem aos estudantes as ferramentas necessárias para que eles entendam as orientações de saúde divulgadas pelos diversos meios de comunicação.

O nutricionista junto da equipe pedagógica e da comunidade escolar tem a oportunidade de assumir o papel de educador em nutrição, para atuar na transformação do ambiente escolar em ambiente de promoção da saúde e de aprendizagem, pois a alimentação saudável se inclui nos requisitos de promoção da saúde no ambiente escolar (PEREIRA, et al, 2018; SCARPARO *et al.*, 2013). Nesse sentido, este estudo visa descrever as ações e os desafios da Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, observacional, transversal de dados primários realizado entre outubro e novembro de 2015, desenvolvido com nutricionistas que atuam no PNAE, em sete municípios de uma Regional de Educação que abrange 12 municípios da Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A escolha desta delimitação geográfica está relacionada ao fato de que os profissionais que atuam nestes municípios têm aproximações quanto à forma de atuação profissional e podem discutir em fóruns específicos seu fazer profissional.

O estudo consistiu em uma investigação através do uso de questionário semiestruturado que versou sobre a compreensão dos profissionais sobre EAN e as ações realizadas em seus respectivos locais de atuação, abordando questões relativas à identificação do profissional e características do local de atuação da profissional. O instrumento foi embasado no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, publicado em 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e nas atribuições do nutricionista estabelecido pelo FNDE na perspectiva do PNAE.

O acesso às participantes da pesquisa se deu mediante a consulta ao Sistema de Cadastro de Nutricionistas do PNAE (SINUTRI – PNAE). Neste cadastro, de domínio público e com acesso via página eletrônica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNAE estão disponíveis por município o nome do nutricionista e sua indicação de responsabilidade no PNAE. Assim foram localizadas as profissionais e posteriormente contactadas via ligação telefônica. Após o contato, foi enviado por correio eletrônico carta convite, o termo de consentimento livre e esclarecido e o questionário da pesquisa.

Dos 12 municípios da Regional de Educação obtivemos resposta apenas de seis nutricionistas dos municípios da 36ª CRE que devolveram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) preenchido por meio eletrônico. Como critério de exclusão considerou-se a não devolução do (TCLE) como negativa de participação na pesquisa. Ainda houveram duas perdas visto que esses municípios não apresentaram responsável técnico no setor de alimentação

escolar, por questões de término de contrato e afastamento por laudo médico ou por não aceitarem participar da mesma.

As questões presentes no instrumento foram elaboradas a partir de prioridades estabelecidas pelo PNAE, considerando as ações de EAN desenvolvidas no âmbito educacional. Vale ressaltar que as possibilidades de respostas para as variáveis foram citadas no questionário, sendo o mesmo composto por questões de múltipla escolha e questões descritivas/dissertativas.

Os dados quantitativos foram digitados em uma planilha do Excel, para serem analisados e, após, exportados para o software Epiinfo versão 3.3.2, 2005, com a realização da estatística descritiva considerando a frequência, média, desvio-padrão, valores mínimos e máximos. Para os dados qualitativos foi utilizada a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo possibilita ao pesquisador encontrar respostas para as questões levantadas antes do trabalho de investigação, podendo confirmar ou não as afirmações estabelecidas (MINAYO, 2009). Para a referida análise dos dados, observou-se para a análise e interpretação dos dados foram realizados os seguintes passos metodológicos a) Ordenação dos dados: transcrição das entrevistas, leitura do material, e organização. b) Classificação dos dados: leitura repetida dos textos, e seu agrupamento em categorias, levando em consideração a similaridade dos dados. c) Análise final: estabeleceu-se a articulação entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa (MINAYO, 2009).

O projeto de pesquisa, obteve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUÍ, segundo parecer no 1.324.706 e CAAE: 49799415.1.0000.5350.

Resultados e discussões

À respeito do perfil dos profissionais, observou-se que apenas dois nutricionistas possuíam especialização e quatro atuavam somente no setor da Educação, sendo que as demais atuam também em setores como a saúde, agricultura e assistência social. O tempo mediano de atuação na alimentação escolar foi de oito anos, sendo na sua grande maioria (cinco) concursadas. Os resultados indicam que todos os municípios da região realizam ações de EAN no âmbito do PNAE, provavelmente pela existência de legislações que estruturam o programa e priorizam o desenvolvimento destas práticas no espaço escolar.

Com relação ao local de atuação, todas as participantes são responsáveis técnicos em apenas um município. Resultado semelhante encontrou-se no estudo de Corrêa (2014), ao constatar que nos municípios da Região Sul do Brasil, cerca de 90% dos nutricionistas atuavam somente em um município

Os resultados de Gregório (2014), quando a mesma analisou as ações de EAN nas regiões brasileiras, também mostra que a maioria dos nutricionistas em todas as regiões dedicaram-se apenas à alimentação escolar nas prefeituras, o que poderia contribuir em maior qualidade do serviço prestado. De acordo com a Resolução CFN nº 465/2010 o parâmetro numérico de referência é pelo menos um (01) responsável técnico nutricionista para 500 alunos da rede

básica. No mesmo estudo já mencionado de Corrêa (2014) 85% dos profissionais da Região Sul do Brasil atuam somente na Secretaria de Educação. No presente estudo, salvo o município M3 que conta com dois profissionais na Alimentação Escolar, nos demais municípios atua apenas um nutricionista dado o número de alunos que são acompanhados.

Em relação ao tempo de atuação, Voos (2009) e Scarparo *et al.*, (2013), em estudo semelhante, encontraram como mediana o valor de quatro anos para a mesma variável. Corrêa (2014) encontrou para a Região Sul do Brasil o valor da mediana de pouco mais de dois anos referente ao tempo de atuação do profissional no PNAE. Entretanto, na presente pesquisa, três nutricionistas responderam que atuam há cerca de cinco a dez anos. Dados semelhantes a esse também foram observados no estudo de Gregório (2014) onde a atuação acima de cinco (05) anos encontra-se em torno de 37% dos profissionais

A mediana de tempo encontrada no presente estudo é um ponto positivo se considerarmos o período em que esses profissionais estão inseridos no setor da educação pois já tem aproximação com as ações do programa, tendo conhecimento das regulamentações legais e das iniciativas referenciadas. Segundo Aquilla (2011) na década de 80, alguns municípios foram pioneiros na implantação da alimentação escolar, num processo de descentralização decorrente das municipalizações. O município M3 foi exemplo disso, sendo que passou a realizar a programação de cardápios e compras de gêneros para toda rede escolar de forma centralizada e nesse sentido pode-se afirmar que Ijuí e região contribuíram significativamente com os avanços da alimentação escolar e melhorias na implantação do programa.

Em relação à especialização, Voos (2009) constatou que mais de 65% dos nutricionistas que atuam junto ao programa não possuem formação específica para exercer a função. No presente estudo, as especializações referidas não se relacionam diretamente com a formação específica na área de alimentação do escolar, porém, não foram questionados sobre atualização, aperfeiçoamentos e/ou cursos de extensão, que talvez os profissionais tenham realizado. Voos (2009) afirma ainda que os profissionais necessitam de uma formação específica para atuarem nessa área, na perspectiva de demonstrar, que o PNAE é uma política pública que se modifica e se adapta, renovando-se sempre a partir das demandas dos seus usuários e da realidade epidemiológica-nutricional no qual está inserido (SCARPARO *et al.*, 2013).

Em relação ao tipo de vínculo institucional, também podemos observar que somente um nutricionista tem vinculação à Secretaria por meio de contrato. Esse é outro ponto positivo no perfil apresentado já que a legislação prioriza vínculo profissional efetivo para atuarem na área de alimentação escolar. Resultados da pesquisa de Gregório (2014) se aproximam do encontrado, pois quando descreve o tipo de vínculo empregatício dos profissionais, o mesmo afirma o valor de 70% para concurso. Nesse estudo, com relação ao vínculo empregatício dos nutricionistas, o concurso público representou a forma de ingresso mais citada dentre as regiões. Mesmo assim, a contratação reflete a preocupação do gestor em ajustar a responsabilidade técnica na execução do programa, não deixando desassistidas as iniciativas relacionadas à alimentação escolar.

Gregório (2014) constatou que a partir de dados do Sistema de Cadastro de Nutricionistas (SINUTRI/FNDE) foi possível observar uma evolução no número de nutricionistas cadastrados

na última década, estando este aumento relacionado à publicação da Lei nº 11.947/2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009, consideradas um marco para o PNAE.

Independente das características do exercício profissional do nutricionista, os seus resultados apontam para o cumprimento da legislação do CFN pelos profissionais vinculados aos municípios da 36ª CRE, atribuindo a obrigatoriamente do nutricionista realizar e ou coordenar ações de EAN na alimentação escolar.

No Quadro 1, encontram-se questões que compõem o questionário estruturado encaminhado aos nutricionistas que foram questionados quanto ao conhecimento do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas e quanto ao acesso e utilização dos materiais de EAN publicados. Todos os participantes responderam positivamente para ambas as variáveis, resultado este já esperado, uma vez que essa é uma das principais funções do responsável técnico no programa.

No tocante à prática de atividades de EAN e promoção da alimentação adequada e saudável todos os municípios as realizam, sendo que em quatro deles foram mencionadas três ou mais iniciativas por ano. Em dois municípios houve menção apenas à formação/capacitação/qualificação de profissionais da área educacional sob a ótica da alimentação adequada e saudável, da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Supõe-se que essa situação esteja relacionada com o tempo disponível do profissional para o programa ou até mesmo à valorização deste pelo gestor municipal e/ou comunidade escolar. Vale salientar que, de acordo com a Resolução do CFN nº 465/2010, as ações de EAN do escolar são uma atividade obrigatória do nutricionista, considerando-se ainda o seu papel estratégico na promoção da alimentação saudável na escola.

Chamamos atenção também às iniciativas de estímulo e apoio aos professores, coordenadores e diretores na inclusão da promoção da alimentação saudável e da prática da atividade física, como parte do projeto político-pedagógico das escolas no território, citado por três dos entrevistados. Outro aspecto mencionado foi a inclusão da EAN no currículo escolar enquanto elemento pedagógico permanente de ensino e aprendizagem, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Aquilla (2011) já sugeria a inclusão da EAN nas escolas, referindo a Lei 11.947 de junho de 2009, pela garantia da alimentação saudável aos alunos matriculados na rede de educação básica do Brasil. Afirmava ainda acreditar que mediante uma Educação Alimentar nas escolas seja possível chegar à Segurança Alimentar e Nutricional.

Dias (2013) propõe que a EAN seja acolhida como atividade pedagógica na escola, reconhecendo as questões atuais que envolvem a alimentação e nutrição, estão interligadas com aspectos ambientais, econômicos, culturais e comportamentais. Ainda sugere que ações de alimentação e nutrição passam a ser contempladas na educação básica como forma de apoiar a EAN na escola sendo seu enfoque atribuído à responsabilidade dos professores nas disciplinas do ensino fundamental, o qual deve permear todo o currículo.

Por sua vez Almeida (2014) refere que na busca de modificar o cenário do contexto atual, destaca-se a utilização da alimentação escolar como um elemento pedagógico que veicula novas abordagens educativas à comunidade escolar. O processo de ensino e aprendizagem na comunidade escolar pode ampliar o acesso à informação sobre saúde e alimentação adequada e saudável, a começar pelo planejamento pedagógico, atividades em sala de aula e fora de sala de aula, proporcionando uma nova maneira de saber e escolher o que comer.

Resultados importantes têm sido alcançados, principalmente, relacionados à incorporação do tema alimentação e nutrição nos currículos e nas formações permanentes dos profissionais de educação; a um maior envolvimento da comunidade escolar; à diversificação da alimentação escolar e às ações educativas e à aproximação entre os saberes técnico e popular (BRASIL, 2012). A importância da inclusão é tão significativa que já foi estabelecida pela Resolução/CD/FNDE nº 26/2013.

Dá-se um destaque à inclusão da culinária nas atividades escolares representando uma prática social, que permite o contato sensorial com os alimentos, a criatividade, valores, sentimentos e experiências sobre alimentação. A inclusão destas ações no espaço escolar mostra a importância da interação entre o cozinhar e o cultivar, considerando que o que é produzido pelas hortas escolares pode ser utilizado nas preparações culinárias, fazendo do alimento uma referência nessas práticas. Tudo isso visa à promoção e motivação para o consumo de alimentos locais e a valorização do mesmo (ALMEIDA, 2014).

Para oportunizar a socialização desses e outros saberes na escola, o PNAE preconiza a inclusão da EAN no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e creches, uma vez que a inserção do tema “alimentação e nutrição” no currículo escolar possibilita a organização das ações educativas no espaço pedagógico e amplia a percepção e leitura desse tema por parte dos escolares (AQUILLA, 2011). De acordo com Mulinari (2018) a EAN e o PPP da escola estão previstos pelo Programa de Saúde na Escola (PSE), com a inclusão dos temas da saúde nos currículos escolares. Ela ainda traz em sua publicação que os PCNs preconizam que os conteúdos de saúde devem comparecer no currículo como uma abordagem transversal e interdisciplinar.

Um dos aspectos das perspectivas de construção curricular previstas nas atuais diretrizes é a interdisciplinaridade, incluindo temas como meio ambiente e sexualidade. Essa construção da temática alimentação e nutrição se dá quanto à construção do conteúdo político pedagógico, sendo que a escola é o espaço normatizador de condutas alimentares, onde se desenvolvem práticas político-pedagógicas que levem os sujeitos a refletirem sobre as práticas alimentares (DIAS, 2013).

No Quadro 1 é visto que as ações de EAN e promoção da alimentação adequada e saudável são realizadas nos municípios em questão, todos referem os profissionais que preparam a alimentação escolar e também os próprios alunos, como público alvo das ações realizadas, contudo o público alvo pode ser bem mais abrangente que esse, podendo-se trabalhar com gestores, professores, coordenadores pedagógicos, bem como os produtores de alimentos, em especial os agricultores familiares.

Quadro 1 – Descrição das ações e iniciativas desenvolvidas na perspectiva da EAN

Questões	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Você conhece o MREAN para as PP?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sobre iniciativas de EAN e de PAAS?	Formação Capacitação Qualificação de profissionais da área educacional.	Formação Capacitação Qualificação de profissionais da área educacional.	Estímulo e apoio aos professores, coordenadores e diretores; Inclusão da EAN no currículo escolar; Promoção, incentivo e implantação de hortas escolares e comunitárias.	Estímulo e apoio aos professores, coordenadores e diretores; Inclusão da EAN no currículo escolar; Formação/capacitação/qualificação de profissionais da área educacional; Desenvolvimento de ações de EAN e Nutricional em espaços alternativos à escola.	Promoção, incentivo e implantação de hortas escolares e comunitárias; Incentivo à realização de oficinas culinárias nas escolas.	Estímulo e apoio aos professores, coordenadores e diretores; Promoção, incentivo e implantação de hortas escolares e comunitárias; Incentivo à realização de oficinas culinárias nas escolas; Formação/capacitação/qualificação de profissionais da área educacional.
Qual o público alvo das ações de formação/capacitação/qualificação em EAN realizadas?	Profissionais que preparam a alimentação escolar.	Profissionais que preparam a alimentação escolar.	Escolares; Profissionais que preparam a alimentação escolar.	Escolares; Profissionais que preparam a alimentação escolar.	Escolares; Profissionais que preparam a alimentação escolar.	Escolares; Profissionais que preparam a alimentação escolar.
Você conhece e/ou já teve acesso e ou já utilizou os materiais de EAN elaborados e publicados pelo GF?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Na sua opinião, quais as dificuldades para a realização de ações de EAN e PAAS?	Pouca valorização do tema.	Falta de envolvimento dos profissionais da rede de educação.	Descontinuidade das ações.	Falta de envolvimento dos profissionais da rede de educação.	Falta de materiais de apoio; Pouca valorização do tema; Descontinuidade das ações.	Pouca valorização do tema.
Sobre as iniciativas de EAN, o que você considera necessário para a realização ou ampliação das ações no seu local de trabalho?	Capacitação das equipes municipais em EAN	Inclusão do tema EAN e Promoção da AAS no planejamento	Maior interação e participação dos outros setores municipais	Capacitação das equipes municipais em EAN; Incentivo e mobilização das equipes; Inclusão do tema Educação Alimentar e Nutricional e PAAS no planejamento; Previsão de recurso para EAN; Maior interação e participação dos outros setores municipais.	Capacitação das equipes municipais em EAN; Sensibilização do gestor municipal pelas instâncias federal e estadual; Incentivo e mobilização das equipes; Inclusão do tema no planejamento; Previsão de recurso para EAN, AAS; Maior interação e participação dos outros setores municipais.	Capacitação das equipes municipais em EAN; Sensibilização do gestor municipal pelas instâncias federal e estadual; Incentivo e mobilização das equipes; Maior envolvimento e interesse das equipes da rede de educação; Inclusão do tema no planejamento; Previsão de recurso para EAN; Maior interação e participação dos outros setores municipais.

MREAN= Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional. M= Município; EAN: Educação Alimentar e Nutricional; PP: Políticas Públicas; PAAS: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; GF=Governo Federal. AAS=Alimentação Adequada e Saudável

Pauli *et al* (2018) afirma que o PNAE ocorre em meio a um espaço privilegiado para promoção de ações educativas na área de alimentação e nutrição, visto que a escola é legitimamente reconhecida pela sociedade como lócus de aprendizagem. Essas iniciativas afirmam o papel do nutricionista no programa considerando que o profissional contribui para produzir mudanças no hábito alimentar de escolares, sob o ponto de vista das práticas alimentares saudáveis (SOUSA, GUIMARÃES, AMANTES, 2019).

A Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 38/2009 expõem em sua segunda diretriz que deve haver a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Mais recentemente, outra importante conquista que beneficia as crianças e adolescentes na escola e a comunidade escolar como um todo, foi a aprovação da Lei 13.666/2018, a qual foi inserida na Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, que determina que a partir do ano de 2018 deve-se incluir o tema educação alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e biologia nos currículos escolares tanto do ensino fundamental como médio.

A conquista de tais temas junto às disciplinas obrigatórias do ensino fundamental e médio reforça ainda mais o trabalho de EAN e a sua capacidade de geração de conhecimentos, bem como da “prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”, conforme Brasil (op. cit). Nesse sentido, Franco e Boog (2007) mencionam que o papel do educador, nessas condições, seria o de estimular reflexões sobre as condições concretas de existência, analisar as situações vividas, identificar os obstáculos que limitam o acesso à qualidade de vida e ao pleno exercício dos direitos de cidadão, para encontrar, individual e coletivamente, caminhos para superar essas condições.

De acordo com Bernardoni *et al.*, (2009) no universo escolar, para que se aumentem as possibilidades de sucesso no alcance dos objetivos da EAN, devem ter como disseminador o educador que deve estar capacitado nesta temática para poder desempenhar a contento esta tarefa. Os autores observam que o conhecimento dos educadores é a chave da efetividade dos projetos implantados nas escolas. Ressaltando a necessidade de capacitação dos educadores para o sucesso na elaboração das atividades de alimentação e nutrição.

Souza (2019) afirma que as atividades de EAN, são muitas vezes negligenciadas em detrimento da urgência do trabalho administrativo que o nutricionista também exerce. Sugerindo como alternativa para contornar essas dificuldades, a realização do matriciamento de outros profissionais envolvidos direta ou indiretamente no programa, como manipuladores de alimentos, professores, e demais membros da comunidade escolar, como pais e alunos, de forma a compartilhar práticas e saberes em nutrição e saúde.

Nesse alinhamento, a EAN pode perfeitamente compor o currículo escolar. Mais do que isso, pode ser desenvolvida sem qualquer prejuízo aos saberes consagrados nos conteúdos escolares. Ainda afirma que o mesmo parece constituir-se um conjunto de ações pedagógicas, normativas e culturais, que se desenha nos vários espaços, como a universidade, a prefeitura, a secretaria de educação, de saúde e abrange a reflexão e a prática dos vários atores integrados a estes campos (BARBOSA *et al.*, 2013). Para Fernandes e Pontes (2020) as práticas de EAN dependem diretamente da formação dos educadores e nutricionistas assim como da destinação de recursos para esses fins, condições estas que, por vezes, não são previstas no planejamento e orçamento da escola.

Em relação às dificuldades para a realização de ações de EAN e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, as mais citadas foram a pouca valorização do tema, a falta de envolvimento dos profissionais da rede de educação, a falta de materiais de apoio, interferências políticas nas equipes e nas ações, bem como a descontinuidade das ações. Mesmo o PNAE sendo um programa de larga abrangência e um dos mais antigos programas de Alimentação e Nutrição no Brasil, ainda existem limitações na execução de suas prioridades, como observado no relato dos profissionais.

Outro aspecto como a descontinuidade das ações também apareceu nas respostas. Este aspecto se mostra como preocupante mesmo tendo o PNAE certa “imunidade” política. Para Almeida (2014), que investigou estas questões na região Sul do Brasil, constatou que as dificuldades enfrentadas se relacionam à falta de tempo dos profissionais pelas inúmeras demandas. Nessa mesma compreensão, Scarparo *et al.*, (2014) também informa que o impedimento mais referido pelos nutricionistas em seu estudo foi a carga horária insuficiente para desenvolver inúmeras atribuições na alimentação escolar no município.

No Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (2012) descrevem-se como principais dificuldades e desafios os aspectos relacionadas à insuficiência de métodos de ensino, número insuficiente de práticas, escassa utilização de referenciais teóricos da área de pedagogia e educação, dificuldades em tornar a EAN transversal no projeto pedagógico. O documento ainda sugere repensar os projetos político-pedagógicos, a fim de responder ao contexto atual (BRASIL, 2014).

Quando questionado sobre o que se considera necessário para a realização ou ampliação das ações no seu local de trabalho, quatro (04) nutricionistas apontaram para a necessidade de capacitação das equipes municipais em EAN, seguido do incentivo e mobilização das equipes e da inclusão do tema Educação Alimentar e Nutricional e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no planejamento.

Vale ressaltar o potencial do trabalho intersetorial estabelecendo parcerias e incentivando a participação da comunidade e das secretarias a fim de melhorar a execução das práticas do PNAE. Brasil (2014) sugere a intersetorialidade como uma articulação dos distintos setores governamentais e não governamentais, de forma que se corresponsabilizem pela garantia da alimentação adequada e saudável. Nessa publicação afirma-se que o processo de construção de ações intersetoriais implica a troca e a construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre

os diversos setores envolvidos com o tema, de modo que se torne possível produzir soluções inovadoras quanto à melhoria da qualidade da alimentação e da vida.

Considerando os dois últimos aspectos analisados, dificuldade e necessidades, assegure-se que uma complementa a outra, supondo que os desafios encontrados seriam amenizados se os aspectos julgados necessários fossem tomados como prioridade no contexto de execução do programa e suas práticas. Além das questões já apresentadas quanto ao perfil dos nutricionistas e descrição das iniciativas de EAN que os mesmos desempenham em seu município, foram realizadas perguntas abertas, de cunho dissertativo, possibilitando aos entrevistados que manifestassem suas percepções e entendimentos diante de conceitos já estruturados.

Assim a compreensão dos profissionais em relação ao conceito de EAN pode ser expressa nos seguintes tópicos:

“Planejamento de métodos e ações desenvolvidas com o objetivo de orientar sobre a alimentação saudável e qualidade de vida”. (M1)

“A educação alimentar e nutricional se configura como o campo de conhecimento e prática contínua e permanente. Seu objetivo é contribuir para a realização do direito humano à alimentação adequada e garantia de segurança alimentar e nutricional e a valorização da cultura alimentar. A educação alimentar é entendida como processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, visando autonomia e cuidado, além de contemplar no âmbito da promoção à saúde”. (M2)

“É através dela que promovemos a prática de hábitos alimentares saudáveis, através de atividades com todas as fases do ciclo de vida da população”. (M3)

“Uma prática que deve ser realizada permanentemente com o indivíduo”. (M4)

Nessas afirmações, algumas palavras nos chamam atenção, pois são como pontos-chave nas práticas de EAN no âmbito do PNAE. São elas: planejamento de métodos e ações; promoção de hábitos alimentares saudáveis; EAN como uma prática permanente. Brasil (2014) afirma ao conceituar a prática, que o caráter permanente indica que a EAN precisa estar presente ao longo do curso da vida respondendo às diferentes demandas que o indivíduo apresenta, desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e idade adulta.

Quando questionados sobre as ações desenvolvidas no local de atuação os profissionais relataram aspectos como:

“Formação continuada para os profissionais envolvidos, visitas nas escolas para orientações, oficinas culinárias” (M1).

“As ações são: Promover a oferta de uma alimentação de qualidade e quantidade, suprindo de forma equilibrada o total de calorias e nutrientes necessários para o organismo. Formação com os atores responsáveis pela alimentação. Práticas contínuas e ações significativas que compõem o comportamento alimentar e que possam realizar escolhas constantes. Alimentação envolvendo aspectos que manifestam valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais. Aproximação, estabelecendo vínculos entre o processo pedagógico e necessidades locais e familiares, abordando a educação alimentar e nutricional” (M2).

“Educação nutricional com escolares e capacitação com merendeiras” (M3) e “Trabalhos com alunos e pais nas escolas”. (M4)

Entre tais discursos, novamente é expresso o entendimento de continuidade das ações, refletindo a ideia que as iniciativas devem apresentar um cunho permanente. Aquilla (2011) afirma da importância da educação permanente sobre o tema, uma vez que os saberes da formação pedagógica correspondem às estratégias e recursos utilizados para articular conteúdos curriculares à transversalidade do tema Educação Alimentar.

Para o Ministério da Saúde, a Educação Permanente é a aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. Fundamentando-se no diálogo entre o aprender e o ensinar mútuo, dando oportunidades de troca de experiências e discussões, envolvendo uma relação de cuidado e comprometimento com o processo e as pessoas (BERNARDONI *et al.*, 2009).

Ressalta-se ainda, o relacionamento e aproximação do profissional nutricionista com a comunidade escolar, alunos, professores, coordenadores, profissionais que preparam a alimentação, juntamente dos pais e responsáveis, objetivando a criação de vínculos e corresponsabilidade nas ações de EAN. Nesse contexto, dá-se prioridade à valorização de hábitos culturais, sociais no preparo e produção do alimento.

Ao serem questionados quanto às estratégias e metodologias desenvolvidas sob a perspectiva da EAN, os profissionais referiram:

“Formações continuadas para os profissionais responsáveis, oficinas, visitas nas escolas para orientações” (M1)

“As estratégias de educação alimentar e nutricional podem ser realizadas através de oficinas, aulas e práticas, conversas e orientações, dinâmicas, entre outras”. (M2)

“Palestras” (M3) e “Palestras, aulas práticas com alunos” (M4).

Existe uma diversidade de estratégias e metodologias que podem ser adotadas na busca por EAN, considerando que o uso de apenas uma estratégia educacional não é suficiente para atingir resultados exitosos nessa perspectiva, além do que é necessário avaliar os impactos dessas ações e seus determinantes. Outro ponto a ser discutido envolve melhorias na comunicação e articulações mais sistematizadas com a comunidade escolar, de forma a contribuir tanto no gerenciamento e planejamento, como na execução das ações de EAN no ambiente escolar.

Simone e colaboradoras (2018) realizaram um estudo que objetivou “identificar as ações de EAN no PNAE e sua relação com o perfil do nutricionista” no estado de Goiás-BR. As autoras pesquisaram 214 municípios, dos quais 91,1% promoviam ações de EAN predominantemente de forma semestral. Entre as principais atividades de EAN, foram relatadas as seguintes ações: palestras (81,7%); atividades lúdicas (jogos, teatros, brincadeiras) (49,7); eventos como feira de ciências ou semana da alimentação (32,6%), hortas escolares (16,6%); oficinas de arte culinária (15,4%), utilização de música, vídeos e/ou filmes (13,7%), reuniões, palestras ou informativos direcionados aos pais (10,9%), murais educativos e/ou cartazes (10,3%), atividades pedagógicas

inseridas no currículo escolar (9,1%), formação da comunidade escolar (8,6%), oficinas de alimentação saudável (8,0%), uso do alimento como ferramenta pedagógica (8,0%), distribuição de informativos, folders, textos ou gibis (5,7%), oferta de alimentação saudável na escola (1,9%) e outras ações (13,1%).

Ao passo que identificamos a existência de ações educativas entre todos os municípios avaliados, nossa principal inquietação se dá em relação à questão pedagógica utilizada, se ela contempla e promove aprendizado, conscientização e empoderamento, ou se tais ações são realizadas de modo “bancário e depositário” (FREIRE, 1987).

Paulo Freire (1996) propõe uma concepção problematizadora de educação, na qual educador e educando vivenciam situações concretas da realidade, de forma a construir um conhecimento permeado pela reflexão sobre os aspectos éticos e sociais do seu agir técnico (FRANCO; BOOG, 2007); (BARBOSA *et al.*, 2013). Esse seria o ensino “problematizador”, no qual se instrui o aluno a pensar e não, simplesmente, aceitar o conteúdo que lhe foi transferido. O exercício de um trabalho reflexivo com o educando, exigindo que docentes e alunos compartilhem, efetivamente, do processo de construção do conhecimento (FRANCO; BOOG, 2007).

Considerando o contexto escolar, o professor e o coordenador pedagógico tem uma função articuladora, com isso exige-se a sua formação junto a outros atores do PNAE, salientando a potencialização da dimensão formativa dos educandos, orientando-os para as práticas alimentares saudáveis (SANTOS *et al.*, 2013). Nesse sentido, cabe aos agentes da educação, tanto professores, quanto dos nutricionistas unirem-se e pensarem ações e conjuntas em que os professores contribuem de forma pedagógica e os nutricionistas com os conhecimentos técnicos de modo articulador, horizontal, e voltado a realidade dos educandos, de modo que tais ações sejam capazes de promover impactos positivos e reais sobre o modo de se alimentar.

Um fator importante na capacitação profissional dos educadores para o alcance desta proposição é a postura do mesmo frente ao planejamento de uma tarefa cuja responsabilidade é maior do que a mera transmissão de conteúdos, devendo se apresentar como facilitador da articulação entre a teoria e a situação prática, capaz de provocar a participação dos alunos (FRANCO; BOOG, 2007);

Para além disso, é imprescindível pensar os alimentos e a alimentação como elementos pedagógicos no espaço escolar, os alimentos podem propiciar discussões que avançam em direção a análises da realidade social e possibilitar o entendimento do espaço escolar como favorecedor de ações transformadoras da realidade social e da construção de uma proposta educativa pautada pela autonomia, possibilitando o empoderamento dos seres humanos de suas condições de sujeitos autônomos, protagonistas responsáveis pela construção de uma sociedade cidadã, que convive com toda essa teia de relações (BARBOSA *et al.*, 2013).

Devemos, nesse sentido, lembrar que é na infância, junto à família e ao ambiente escolar onde são desenvolvidas as principais relações sociais, sendo a escola “um local favorável para o desenvolvimento de ações para a promoção de práticas alimentares saudáveis por ser um espaço

de socialização” onde muitos aprendizados são “petrificados” e levadas para a vida adulta, a exemplo da formação dos hábitos alimentares (SILVA; BOCCALETTO, 2010, p. 24).

Precisamos, nesse sentido, pensar o espaço escolar como “um ambiente de valores, vivências, ideias e práticas próprias” (CARDOSO, *et al.*, 2017, p.1490) onde, entre muitas funções, ocorre também a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a nutrição do corpo, a promoção da saúde. Conforme Cardoso *et al.* (2017), as escolas por si mesmas “vêm trilhando o caminho para se tornarem instituições cada vez mais democráticas, construindo (e tornando-se elas mesmas) focos de reflexão, proporcionando os espaços necessários de enfrentamentos criativos dos problemas”. A presença de profissionais da saúde, à exemplo do nutricionista inserido via PNAE, bem como de outros profissionais dentro da escola vem a somar no sentido de preencher lacunas, elucidar questões dentro e para fora do ambiente escolar, que por sua vez também repercutem sobre o aprendizado e formação.

Considerações finais

A investigação acerca da EAN realizada em espaços escolares de diferentes municípios da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, demonstrou que diversas ações de EAN são desenvolvidas, porém algumas diferenças foram identificadas em relação à forma de realização. As ações de EAN são realizadas principalmente por meio de palestras, orientações, oficinas, tendo a participação dos escolares e profissionais que preparam a alimentação, posto que o nutricionista assume a coordenação e execução de tais práticas. De modo geral, são realizadas três ou mais iniciativas educativas ao ano, contudo, existem dificuldades para a realização do trabalho de EAN, além de pouca valorização do tema nas escolas e falta de envolvimento dos profissionais da rede de educação a falta de materiais de apoio, interferências políticas nas equipes e nas ações, além da descontinuidade destas.

Apesar das dificuldades encontradas pode-se afirmar que as profissionais, dentro de suas possibilidades, atendem tanto aos avanços legais sob a ótica do PNAE, quanto propiciam sua consolidação no ambiente escolar. As diversas atividades do nutricionista indicam a necessidade de constante atualização e formação. Sabe-se que na prática escolar, muitas vezes não se percebe a alimentação escolar como estratégia pedagógica, com isso reforça-se a necessidade de consolidar no espaço escolar um novo entendimento de alimentação nesse local. Aproximar os atores escolares estreitando vínculos entre os conhecimentos dos educadores, os conhecimentos do nutricionista, pode ser um dos meios de superar essas dificuldades.

Percebemos nesse estudo a necessidade da constituição de espaços de formação continuada que possibilitem a promoção destas ações no âmbito dos currículos escolares com iniciativas de qualificação e capacitação tanto ao nutricionista quanto aos educadores, contemplando o disposto na política de alimentação escolar, onde se busca a qualidade na oferta de alimentos e ações educativas sobre alimentação em todas as suas dimensões.

Reconhecemos a importância do PNAE como programa que não apenas tem o papel de nutrir, mas também de propiciar aprendizados enquanto nutre. Nesse sentido, percebemos a

importância da presença dos nutricionistas atuando diretamente e contribuindo para o ensino teórico-prático da alimentação saudável, que na perspectiva de Freire, torna-se práxis (FREIRE, 1987).

Referências

ALMEIDA, G. M. **Ações de educação alimentar e nutricional no programa nacional de alimentação escolar**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.

AQUILLA, R. **A Educação Alimentar e Nutricional no espaço escolar: saber, sabor e saúde**. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí-RS, 2011.

BARBOSA, N. V. S. *et al.* Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 937-945, 2013.

BERNARDONI, R. *et al.* Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Revista de Nutrição. Campinas**, v.22, n. 3, p. 389-398, 2009.

BERNARD, A. **Promoção da alimentação saudável no contexto do currículo escolar**. 2016. 129 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Alimentação Escolar**.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria interministerial nº 1.010** de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação escolar, histórico**. Brasília: FNDE; 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União** 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social– MDS. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e**

Nutricional. Coordenação Éldio Bonomo – Conselho Federal de Nutricionistas. Brasília/DF, 2018^a.

BOOG, M. C. F. **Educação em nutrição:** integrando experiências. Campinas: Komedi, 2013.

CARDOSO, M. L. M. *et al.* A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nas Escolas de Saúde Pública: reflexões a partir da prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1489-1500, 2017.

CORRÊA, R. S. **Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Apresentação no Encontro Técnico de Nutricionista da Alimentação Escolar, Aracaju, SE, 2014.

DIAS, A. O. **A gestão de educação alimentar e nutricional em uma escola da rede pública estadual no município de Feira de Santana – Bahia.** 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

FERNANDES, D. P; PONTES, M. M. L. O ensino da educação nutricional na formação inicial de nutricionistas: uma breve revisão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, e126942955, 2020.

FRANCO, A. C; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 6, p. 643-655, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra; 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, H; JANISSEK, R; MOSCAROLA, J. **Dinâmica do processo de coleta e análise de dados via web.** Apresentado no Congresso Internacional de Pesquisa Qualitativa; Mar 24-27; Taubaté/SP; 2004. Disponível em: http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2004/2004_157_CIBRAPEQ.pdf. Acesso em: 30 março 2015.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 38 de 23 de agosto de 2004. Estabelece critérios para execução do PNAE. **Diário Oficial da União**, 2004.

GREGÓRIO, N. P. **Exercício profissional do nutricionista e a realização da Educação Alimentar e Nutricional nas Regiões Brasileiras.** 2014. 116f. Dissertação. (Mestrado em Nutrição e Saúde). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2009.

MULINARI, G. **O papel dos professores e profissionais de saúde no Programa Saúde na Escola**: uma análise dos documentos de referência a partir da Educação em Saúde. 2018. 105 f. Dissertação (mestrado), Florianópolis, SC, 2018.

PAULI, R. I. P *et al.* Análise comparativa do desenvolvimento do PNAE entre as escolas estaduais e municipais de Santa Maria (RS) à luz dos elementos potenciais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 447-479, 2018.

PEREIRA, L. R. *et al.* Percepção dos educadores sobre a atuação do nutricionista no programa nacional de alimentação escolar. **Caderno de Cultura e Ciências**, v.17, n. 2, p. 63-70, 2018.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013.

SANTOS, E. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, e184961, 2019.

SANTOS, L. A. S. *et al.* Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 993-1000, 2013.

SCARPARO, A. L. S. *et al.* Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 1001-1008, 2013.

SILVA, C. C; BOCCALETTO, E. M. A. Educação para a Alimentação Saudável na Escola. In: **Estratégias de promoção da saúde do escolar**: atividade física e alimentação saudável. Cap. 3. Campinas: IPES, 2010. Disponível em: https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/estrategias_cap3.pdf . Acesso em: 16 maio de 2020.

SILVA, S. U. *et al.* As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, 2671-2681, 2018.

SOUSA, M. C; GUIMARÃES, A. P. M; AMANTES, A. A Saúde nos Documentos Curriculares Oficiais para o Ensino de Ciências: da Lei de Diretrizes e Bases da Educação à Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 129-1153, 2019.

SOUZA, N. R. S. **Pesquisa** – ação em um centro de processamento da alimentação escolar: reflexões entre a nutrição e a saúde do trabalhador. Cuité: CES, 2019.

VOOS, A. C. **Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado do RS**. 2009. 48 f. Monografia. (Especialização em Saúde Pública). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.